

Dossiê “Ontologia e Linguagem: documentação, retomadas linguísticas e poéticas da tradução”

Danilo Paiva Ramos

Professor de Antropologia Social/Universidade Federal de São Carlos

danilo.ramos@ufscar.br

<https://orcid.org/0000-0002-3169-504X>

Ian Packer

Professor Efetivo/Universidade Federal do Espírito Santo

ian.packer85@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-1663-2312>

Evandro Bonfim

Pesquisador Visitante/Universidade Federal de São Carlos

Pesquisador Colaborador/Museu Nacional

evandrobonfim@mn.ufrj.br

<https://orcid.org/0000-0002-0459-928X>

Leandro Durazzo

Observatório de Psicologia Ambiental Latino-Americana/Universidade Federal do Rio

Grande do Norte

leandro.durazzo@ufrn.br

<https://orcid.org/0000-0001-5160-2835>

Introdução

Apesar do Estado brasileiro, centralizador e monolíngue, ter promovido o português como língua oficial do país desde pelo menos o século XVIII (Oliveira, 2010), é notável a existência e a persistência de uma enorme diversidade linguística no interior de nossas fronteiras. De acordo com os dados do último censo do IBGE (2022), 295 línguas indígenas são faladas e sinalizadas por pessoas de 391 povos atualmente no Brasil, número que contrasta com o quantitativo anterior de 274 línguas indígenas do censo e com as estimativas de especialistas que giram em torno de 160 línguas indígenas de 45 famílias linguísticas (Galucio, Moore & Van der Voort, 2018). Chama a atenção a grande diversidade linguística, juntamente com a presença marcante das línguas de matriz africana nos falares e cantares de quilombos e terreiros, das línguas de imigração, das línguas de sinais, línguas crioulas, dentre outras manifestações, o que revela a multiplicidade linguística da sociedade brasileira, ainda que tal multiplicidade esteja longe de ser preponderante em termos de reconhecimento público. A notável divergência entre dados oficiais baseados em critérios e metodologias distintas, os contínuos esforços para inventariar e afirmar políticas de planejamento e salvaguarda da diversidade linguística e as crescentes mobilizações em torno de ações de retomada, revitalização e vitalização vêm afirmando a centralidade de repensar não só o que é uma língua, mas também como se manifestam as línguas, falares e linguagens a partir de diferentes pontos de vista, modos de existência e engajamentos coletivos.

Se nas últimas décadas diferentes comunidades sociolinguísticas passaram a estar no foco de algumas políticas públicas de proteção e fortalecimento, como o Inventário Nacional da Diversidade Linguística (2010) e o Grupo de Trabalho Nacional da Década Internacional das Línguas Indígenas (DILI 2022-2032, ONU - Resolução A/RES/74/135)¹, é preciso ressaltar que sua resiliência e vitalidade decorrem sobretudo das estratégias sociopolíticas que elas desenvolveram, e continuam a desenvolver, para escapar à pressão monolinguista circundante e dominante, como por exemplo: a luta pela demarcação de seus territórios; o empenho em manter e transformar suas práticas e formas de comunicação

1 Dentre as leis e normativas importantes devem ser destacadas: o Decreto nº 7.387 de 2010, que institui o Inventário Nacional da Diversidade Linguística; a Lei nº 10.436 de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais; a Portaria Iphan nº 586 de 2006, que dispõe sobre o reconhecimento de grupo de trabalho criado por instituições governamentais e não governamentais para tratar de políticas públicas voltadas à preservação e proteção do multilingüismo no país. Vale destacar também as diversas leis de co-oficialização de línguas indígenas em nível municipal e, mais recentemente, estadual (o município pioneiro sendo São Gabriel da Cachoeira, que em 2002 co-oficializou as línguas indígenas Baniwa, Nheengatu e Tukano); e a criação em 2023 do Departamento de Línguas e Memória dentro do Ministério dos Povos Indígenas. A Cartilha Línguas Indígenas de Sinais (LIS) (2024a) e a Cartilha Braslind (2024b) podem ser apontadas como materiais relevantes publicados recentemente pelo Ministério dos Povos Indígenas.

ritual em contextos de interação interétnica; a determinação em garantir o direito ao uso de suas línguas maternas no âmbito do ensino formal e em outras instâncias de saber-poder; o engajamento em processos de revitalização, retomada e recriação linguística; a persistência em fazer suas línguas, linguagens e artes verbomusicais adentrarem a produção cultural contemporânea, demarcando novos espaços de fala e de atuação política.

Tais engajamentos coletivos colocam questões que vêm desafiando pressupostos conceituais e analíticos importantes tanto da Antropologia e da Linguística, quanto dos estudos literários e da teoria da tradução, delineando o campo dos estudos sobre Ontologia e Linguagem como um *campo de problemáticas* sobre modos de ser da linguagem².

Dentre as diversas proposições recentes situadas em tal campo, entendemos que podem ser destacadas duas linhas principais, que também nos ajudam a situar boa parte dos trabalhos reunidos neste dossiê. A primeira delas seria a que poderíamos chamar de *Descolonialidade e Línguas-Espírito*³, inicialmente elaborada por Rubim, Bonfim & Meirelles (2022) no artigo “Década internacional das línguas indígenas no Brasil”, e também em diferentes documentos e cartas publicadas nos últimos anos pelo grupo de trabalho nacional da Década Internacional das Línguas Indígenas. A segunda, por sua vez, seria a que foi denominada *Multinaturalismo linguístico*, inicialmente elaborada por Hauck e Heurich (2018) na apresentação do dossiê “Language in the Amerindian imagination: An inquiry into linguistic natures”⁴, organizado por eles na revista *Language and Communication*⁵ e que, alguns anos depois, recebeu novos desdobramentos em artigo publicado por Hauck (2023) no *Journal of Linguistic Anthropology*.

Descolonialidade e Línguas-espírito

Em 2019, a proclamação pela Assembleia Geral das Nações Unidas do período compreendido entre 2022 e 2032 como sendo a Década Internacional das Línguas Indígenas (DILI) evidenciou a situação crítica de muitas línguas indígenas e enfatizou

2 Tomar os estudos sobre Ontologia e Linguagem como um campo de problemas, faz ressoar a perspectiva de Maniglier (2023) que, ao estudar os manuscritos de F. de Saussure, propõe que o estruturalismo seria mais um campo de problemáticas do que um método, ou uma doutrina, sendo assim um modo de empreitadas teóricas diversas (antropológicas, linguísticas, psicanalíticas, filosóficas) confrontarem-se com dados filosóficos (Maniglier, 2023, p. 38).

3 O uso do termo “descolonial” nesta abordagem faz ressoar o entendimento de Walsh (2009) de um posicionamento contínuo e ativo de transgressão e insurgência, o que corrobora com o uso da expressão “levante” pelas autoras. Entretanto, não é incorporada a mudança de grafia de descolonial para decolonial, como proposto por Walsh (2009) e seguidores (as) desta perspectiva teórica de decolonialidade.

4 Publicado no Brasil com o título “A linguagem de outro jeito: as naturezas linguísticas e o desafio ontológico”, no livro *Cosmopolítica e Linguagem*, organizado por Severo e Buzato (2023).

5 O dossiê reúne trabalhos apresentados em um grupo de trabalho realizado em 2016 no âmbito do congresso da *American Anthropological Association*.

a importância de pesquisas voltadas para o registro e o fortalecimento da diversidade linguística. Desde então, a atuação do grupo de trabalho nacional da DILI, bem como da Rede de Pesquisadores(as) Indígenas de Línguas Ancestrais, vem se tornando peça fundamental não só no processo de construção de novas políticas linguísticas, como também na proposição e defesa da centralidade que as concepções indígenas de língua e linguagem devem ter na elaboração e efetivação destas últimas. Assim, no artigo “Década internacional das línguas indígenas no Brasil: o levante e o protagonismo indígena na construção de políticas linguísticas”, Rubim Bonfim & Meirelles (2022) enfatizam que tal centralidade implica na descolonização de saberes sobre as línguas indígenas e na constituição de uma epistemologia fundamentada nas complexas concepções de “língua-espírito” que vêm sendo elaboradas por diferentes coletivos e pessoas indígenas.

Essa abordagem descolonial de estudos sobre as “línguas-espírito” também vem se consolidando a partir de importantes documentos políticos, tais como a “Carta de Belém das Línguas dos povos indígenas do Brasil” (elaborada em novembro de 2022, durante o II Seminário Viva Língua Viva) e as “Diretrizes para a criação de políticas linguísticas para o fortalecimento das línguas indígenas no Brasil” (2023a).

Nesta última, lemos que:

Os espíritos ancestrais dos nossos antigos, que são a vida no planeta, despertam e falam por meio das línguas. Essa grandeza se apresenta independente do sujeito que lhe observa, possui vida, saberes, concepções de mundo que desafiam o entendimento da ciência e dos conhecimentos ocidentais. É uma união, é uma existência, é uma afirmação que nos leva a pensar em uma nova realidade epistêmica. Por não ser visível, obriga-nos a novas formas de compreensão, porque “o espírito” não se vê, mas todavia está sempre presente nos rituais, nos cantos, nas aves, nos animais, nos rios, nas matas, nos saberes tradicionais e na cosmovisão dos povos indígenas. Em cada cura, em cada ensinamento, estão presentes os espíritos das línguas.

A concepção de espírito que estamos apresentando é a concepção de espírito dos povos originários dos continentes Abya Yala (Amazônico, Andino e Mesoamericano). Se pedirmos para que a expressão língua-espírito possa ser traduzida pelos povos indígenas das diferentes famílias linguísticas ameríndias pode haver tradução direta, bem como outras traduções, como: língua de vida, língua território, palavra de vida, palavra de acolhimento, palavra do coração, entre outras. Tudo isso representa os mundos indígenas e a diversidade das ontologias dos povos originários (2023a, p 2-3).

Vemos assim que conceitos como “língua de vida”, “língua território”, “palavra de vida”, “palavra do coração”, ao invocarem a ancestralidade e a espiritualidade indígenas, revelam grande diferença em relação às concepções ocidentais de língua. Longe de serem apenas objetos de descrição e análise, as línguas ancestrais possuem subjetividade e agência e é por meio delas que os espíritos e os antepassados despertam e falam, usando “os sons do maracá, dos cantos rituais, dos ventos, das aves, dos animais, de todos os instrumentos xamânicos, com a intenção de frear as ações que causam a morte do planeta Terra” (*idem*, p 1). Haveria, assim, uma diversidade de ontologias próprias aos modos de ser, existir, resistir e habitar mundos igualmente diversos. O conceito de “língua-espírito” evoca a ressonância e a tradutibilidade de modos de entendimento sobre a linguagem. Ao mobilizar essa categoria, busca-se uma abertura das epistemologias ocidentais às concepções indígenas de língua.

É possível ainda apontar outras contribuições importantes dos pesquisadores indígenas e não-indígenas engajados em torno do GT Brasil da DILI, como a proposição de que se passe a se referir ao português como língua indígena presente em cada povo como primeira língua ou língua adicional, e não mais como variante étnica ou local do idioma europeu (BRASIL, 2024b). No âmbito das línguas de sinais, destaca-se o abandono do conceito “línguas de sinais emergentes” em prol da identificação e documentação das línguas indígenas de sinais (LIS) como línguas sinalizadas plenas, evitando-se a interferência da Língua Brasileira de Sinais na descrição das LIS (BRASIL, 2024a).

Algumas novas aberturas epistemológicas também podem ser observadas em esforços recentes como os de Durazzo & Bonfim (2023), Ramos (2023, 2024) e Severo & Buzato (2023). Em diálogo direto com a linha *Descolonialidade e Língua-Espírito*, Durazzo & Bonfim propõem entender a área etnolinguística do Nordeste indígena brasileiro como a área das *Línguas Encantadas*. Ambos enfatizam a importância da atenção para a relação entre línguas, cosmologias e socialidades entre humanos e não humanos, entendendo que as línguas e a reflexão de seus falantes sobre elas devem ser abordadas como gramáticas cosmopolíticas (Bonfim, 2017) ou como expressão de uma cosmopolítica linguística (Durazzo, 2019, 2022) que acontece em meio a processos de luta por terra, direitos e vida. Através das línguas encantadas, conceitos como “falante”, “transmissão” e “vitalidade” podem ser repensados a partir das concepções cosmológicas próprias de cada povo, sendo fundamentais para a realização de qualquer projeto de planejamento linguístico em tais contextos etnográficos.

Algo semelhante vem sendo proposto por Ramos em estudos sobre o xamanismo e as concepções de linguagem de seus interlocutores Hupd’äh e Tukano no Alto Rio Negro-

AM. Por meio da etnografia da fala, o pesquisador afirma a importância da atenção às *Línguas-Outrem*, modos de comunicação próprios a campos dêiticos cosmológicos, e às *proposições ontológicas sobre a linguagem*, “complexas elaborações metalinguísticas e metadiscursivas observadas na reflexividade entre as elaborações teóricas vividas de diferentes coletivos e aquelas que guiam o próprio pesquisador no contínuo entre o sensível e o inteligível” (2023, p. 185).

Por fim, percebe-se também certa proximidade com a noção de “Cosmopolítica e linguagem” sistematizada por Severo & Buzato (2023)⁶. Partindo do conceito de cosmopolítica, tal como formulado por Stengers (2011, 2015), os autores afirmam a importância de os estudos sobre a linguagem levarem em conta um outro tipo de sujeito (epistemológico e político) da linguagem, mais humanimal/naturocultural do que entendido como consciência transcendental (p. 17).

Assim, estas recentes propostas evidenciam aberturas e ressonâncias que ressaltam as potencialidades da linha *Descolonialidade e Língua-Espírito*. Por meio de um processo que envolve engajamento coletivo, protagonismo indígena e a descolonização de saberes, conceitos e práticas de pesquisa, essa linha de problematizações vem possibilitando revelar teorias da linguagem próprias às ontologias dos povos indígenas e repensar conceitos, abstrações e velhas dicotomias enraizadas no pensamento científico ocidental.

Virada ontológica e multinaturalismo linguístico

Nas últimas décadas, as abordagens ontológicas em antropologia vêm consolidando uma transformação analítica, metodológica e perceptiva da disciplina com o intuito de reconfigurar a relação (tradicionalmente hierárquica ou assimétrica) entre material etnográfico e conceitos antropológicos e, assim, colocar em suspensão modelos teóricos e pressupostos ontológicos há muito naturalizados no Ocidente moderno (Holbraad & Pedersen, 2017, p. 6).

Analisando o pensamento dos principais autores e autoras que costumam ser identificados a essa virada, Holbraad e Pedersen identificaram três tendências ou abordagens principais. Uma primeira seria representada por propostas que buscam uma ontologia alternativa (Kohn, 2013), não dualista (Evens, 2008), uma ontologia no singular (Ingold, 2018), em suma, uma ontologia que substitua a ontologia dualista dos modernos. No caso da proposta de Kohn (2013), a questão da linguagem ocupa papel importante, pois a perspectiva semiótica que agrupa humanos e não-humanos envolve o domínio do índice e do ícone, enquanto a discussão focada no símbolo, tendo como maior

6 Publicado no Brasil com o título “A linguagem de outro jeito: as naturezas linguísticas e o desafio ontológico”, no livro *Cosmopolítica e Linguagem*, organizado por Severo e Buzato (2023).

representante o signo linguístico saussuriano, representa a antropologia que não leva em conta outras espécies. Também fazem parte desta vertente as propostas cosmopolíticas (De la Cadena, 2010) ou de ontologia política (Blaser, 2013 e 2014) que buscam trazer não humanos para o debate político, entendendo que os danos ao planeta não podem ser pensados unicamente nos termos humanos e, assim, demandam outra prática ética e a inclusão dos não humanos. Uma segunda tendência, por sua vez, seria a da busca por “ontologias profundas”, tal como encontrada na obra de Descola (2005) em sua descrição de quatro ontologias fundamentais (naturalista, animista, totêmica e analógica), e de Scott (2007) na distinção que faz entre mono-ontologias e poli-ontologias.

Já a terceira tendência, intitulada “virada ontológica”, é formulada por Holbraad & Pedersen (2017) tomando como base contribuições teóricas e reflexivas de Wagner (2010), Viveiros de Castro (2015) e Strathern (1987). Partindo-se de uma crítica aos grandes divisores que geralmente orientam o fazer etnográfico através das oposições entre natureza e cultura, indivíduo e sociedade, matéria e símbolo, dado e teoria etc., propõe-se a superação do relativismo cultural da Antropologia moderna através da intensificação dos compromissos antropológicos com a reflexividade, conceitualização e experimentação. Seria possível a intensificação do relativismo, por considerar-se que dados empíricos e pressupostos ontológicos são igualmente variáveis, sendo necessário, a todo momento, desestabilizar os pressupostos do (a) próprio (a) pesquisador (a). Deve-se, assim, antes de mais nada, tomar o próprio saber antropológico como objeto de análise e refletir sobre suas implicações ontológicas para o fazer etnográfico (Holbraad & Pedersen, 2017, p. 12-14).

Buscando articular esta terceira tendência da “virada ontológica” aos estudos de antropologia linguística e semiótica, Hauck e Heurich (2018) delinearam então uma proposta analítica voltada à descrição e à compreensão reflexiva das “múltiplas naturezas da linguagem”. A proposta parte da percepção de que diversas proposições ontológicas sobre a língua e a linguagem emergem das etnografias, revelando, por exemplo, entendimentos destas como substâncias ou como um atributo compartilhado por humanos e não humanos, o que aponta não só para a radical diferença existente entre os conceitos linguísticos e antropológicos próprios do pensamento euroamericano e aqueles elaborados por interlocutores de pesquisa e seus mundos, como para a possibilidade destes últimos serem intensamente contrapostos aos primeiros. Nas palavras de Hauck, ao invés de se procurar

“substituir a constituição moderna por uma alternativa melhor, ou situá-la como uma configuração possível entre outras, o objetivo é a sua transformação por meio do encontro etnográfico [...]” tendência mais

próxima do projeto de provincializar a Europa de Chakrabarty (2000, p. 16), que não visa ‘rejeitar ou descartar o pensamento europeu’, mas sim ‘explorar como este pensamento - que agora é herança de todos e que afeta a todos nós - pode renovar-se a partir e para as margens’; essa tendência, por sua vez, visa à reconceituação dos conceitos centrais da antropologia a partir das realidades etnográficas que ela encontra” (Hauck, 2023, p. 51).

Desse modo, ao contrário de concepções que tomam as teorias extra-modernas sobre a linguagem como meras “ideologias”, “crenças” ou “representações” e pressupõem a unicidade e universalidade do real e da própria linguagem enquanto sistema e abstração, a proposta do “multinaturalismo linguístico” consolida uma abordagem radicalmente aberta a outras ontologias da linguagem. Esta linha apresenta também potenciais diálogos e aproximações com o que vem sendo proposto pelos movimentos e intelectuais indígenas, seus engajamentos coletivos e *línguas-espírito*.

Ontologia e Linguagem: documentação, retomadas linguísticas poéticas da tradução

Este dossiê tem origem nas comunicações que foram apresentadas no grupo de trabalho “Ontologia e Linguagem: línguas indígenas, artes verbais e retomadas linguísticas”, que aconteceu em 2024, em Belo Horizonte (MG), no âmbito da 34a Reunião Brasileira de Antropologia (RBA). Tendo em vista a alta qualidade dos trabalhos e dos debates que eles ocasionaram, julgamos que valia a pena reunir-los em uma publicação conjunta. Ao optarmos, contudo, por uma chamada aberta, foi possível acolher um número mais amplo de artigos, acrescentando às temáticas inicialmente previstas também contribuições valiosas de pesquisadores das áreas de literatura e tradução, que enriqueceram ainda mais o horizonte interdisciplinar aberto pelo GT⁷.

Transitando pelos mundos de cerca de 15 povos diferentes, por línguas de mais de 10 famílias linguísticas distintas e por diversas modalidades de artes verbomusicais ameríndias (benzimentos xamânicos e cantos rituais, narrativas míticas e biográficas, sonhos e discursos políticos, dentre outros) e afrodispóricas, o presente dossiê busca cartografar experiências em curso de documentação, tradução e retomada de línguas indígenas, oferecendo um contexto crítico e reflexivo para todos aqueles interessados em ouvir atentamente as proposições ontológicas sobre o mundo e sobre a linguagem feitas

⁷ O dossiê reflete também os esforços recentes como a criação do Grupo de Pesquisa em Etnografia, Linguagem e Ontologia (ELO) no âmbito do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da UFSCar. O grupo reúne docentes e pesquisadores das áreas da Antropologia linguística, Linguística e Filosofia da Linguagem e busca consolidar um espaço interdisciplinar para a reflexão, pesquisa e extensão. Reflete também a atuação e parceria com o GT Nacional da Década Internacional das Línguas Indígenas.

por coletivos e pessoas indígenas (e de terreiro) por meio de complexas elaborações e práticas metalingüísticas e metadiscursivas. Os diferentes artigos, baseados em trabalhos etnográficos ou de documentação linguística permitem ressaltar encontros e desencontros ontológicos sobre a conceituação de língua, e desestabilizar projeções reificantes, multiculturais e naturalizadoras.

Um primeiro conjunto de artigos reunidos neste dossiê apresenta questões interessantes para repensar a relação entre etnografia e linguagem. De modo geral, os trabalhos identificam a necessidade de se descrever e discutir fenômenos relativos à linguagem, como fala, canto, sopro, assobio, choro, ruído, corpo produtor de som, o que remete diretamente aos diversos tipos de existentes em relação de socialidade estendida com os povos indígenas ou mesmo das próprias possibilidades de composição da pessoa indígena, que trazem em si a própria alteridade, inclusive linguística.

O artigo *Dois encontros com o Curupira: tradução e formas de relacionalidade*, de João M. Cardoso, apresenta e discute a tradução de uma narrativa sobre o Curupira do povo Kotiria, que habita a região do Alto Rio Negro-AM e é falante da língua Kotiria, pertencente à família linguística Tukano Oriental. A tradução toma como ponto de partida um texto transscrito que é parte do acervo *Kotiria Linguistic and Cultural Archive*, que integra o *Endangered Languages Archive* (ELAR), e busca recriar em português elementos poéticos da performance original em Kotiria a fim de analisar a relação entre formas poéticas, formas de pensamento e formas de relacionalidade.

Em *Sobre o que cantam os Ka'apor?*, André Sanches de Abreu enfoca os cantos ka'apor sobre as aves, *ma'ewyrajyngariha*, e os cantos de pajé denominados *paje jyngariha*. Os Ka'apor habitam a Terra Indígena Alto Turiaçu, entre os estados do Maranhão e Pará, e são falantes de uma língua da família linguística tupi-guarani. No trabalho, é realizada uma análise da estrutura dos cantos e dos recursos formais, estéticos e performativos mobilizados por essas artes verbo-musicais, e destacada a importância dos cantos sobre as aves por constituírem uma espécie de “guia musical de aves”. De modo interessante, é ressaltada a importância da interdisciplinaridade para que seja proporcionada uma melhor compreensão dos modos de conhecer ka'apor. Os cantos analisados também fazem parte de um acervo Ka'apor que integra o *Endangered Languages Archive*.

No artigo *O poder das palavras: poética de um basere entre os Tuyuka do alto Uaupés*, Emmanuel R. Richard volta-se ao estudo da arte verbal tuyuka dos *basere*, fórmulas verbais destinadas ao cuidado e à construção do corpo. O autor toma como base a transcrição e tradução de um *basere* gravado com um especialista do povo Tuyuka da comunidade de São Pedro (*Mõpoea*), localizada no alto Tiquié (Brasil) e busca entender o que define esta

forma de arte verbal, a origem desta prática e suas dimensões agentivas. Ao analisar a transcrição e a tradução do *basere*, o autor procura analisar o que a linguagem poética do *basere* revela sobre o pensamento e as ações dos especialistas rituais, inter-relacionando dimensões ontológicas e cosmológicas dos Tuyuka.

Em *O vôo do urubu: cenas do canto zo'é*, Hugo Pedreira, por sua vez, também trata do rico universo das artes verbais ameríndias; dessa vez, dos Zo'é, povo tupi-guarani que vive no Pará. Acompanhando a figura do urubu-rei, em particular, Pedreira mostra como a compreensão do valor conceitual e da densidade cosmopoética que este ser possui para o pensamento Zoé só pode ser alcançada por meio da análise do modo como ele se apresenta em diferentes modalidades discursivas, dentre as quais se inclui – o que é especialmente interessante – os experimentos que jovens deste povo indígena de recente contato vêm fazendo com a linguagem escrita.

Em *Yangwareta e Akarandek: breve incursão pela Cosmologia dos povos Wajuru e Macurap*, Mayara Ribeiro, Antônia F. Nogueira, Ana V. Galúcio, Margarida Macurap, Isaura Macurap e Paulina Macurap partem de diferentes versões de uma mesma narrativa (algumas registradas por Betty Mindlin nos anos 1990, outras documentadas por elas entre 2023 e 2024) para refletirem sobre a relação entre esta narrativa e as cosmologias dos povos Makurap e Wajuru, que habitam terras indígenas no estado de Rondônia e são falantes de línguas da família linguística Tupari. A narrativa sobre a “cabeça voadora” é contada por diferentes povos e é denominada *Akarandek* pelos Makurap, e *Yangwareta* pelos Wajuru. O artigo é fruto de trabalho colaborativo entre narradores Makurap e Wajuru, e as autoras, que são pesquisadoras de linguística indígena, antropologia e estudos literários.

Já em *Palavras luminosas: esboço de uma ontologia da linguagem taurepang*, Caio Monticelli discute a correlação entre ontologia da linguagem e as concepções sobre os existentes e as relações que estabelecem entre si em cosmologias não-ocidentais, como as ameríndias. Entre os Taurepang, povo de língua Karib que vive em Roraima, a fala do pregador evangélico depende de certa propriedade luminosa (*auká*) proveniente de alteridades espirituais híbridas (*Merutã/Espírito Santo*), mas que remete às noções indígenas de bem-estar e alma(s) (*yeakaton*, “a alma que fala”, a personificação da qualidade brilhante *auká*). Outro elemento importante é a apropriação da escrita e a materialização da língua Taurepang no papel através das mensagens religiosas, o que também aumenta a potência das palavras na língua ancestral, enquanto a alteridade linguística permanece reservada para os cantos.

Em *A vida e a morte no “gênero autobiográfico” ameríndio*, André D. F. Andrade e Ana M. T. Yano refletem criticamente sobre o uso da categoria “gênero autobiográfico”

em estudos sobre cantos e gêneros discursivos ameríndios. Os autores tomam como base os trabalhos de Pierre Déléage (2007), sobre os caqui caqui dos Yaminawa, e de Suzanne Oakdale (2002, 2007) sobre os jowosi dos Kayabi, e analisam as potencialidades e equívocos no entendimento de determinadas artes verbais indígenas como sendo próximas a discursos autobiográficos, algo que, segundo os autores, representa uma tendência atual de pesquisas etnológicas brasileiras e das Terras Baixas da América do Sul.

Um segundo conjunto de artigos trata de alguns processos contemporâneos de retomada linguística que, protagonizados nas últimas décadas sobretudo pelos povos indígenas do Nordeste, vêm eclodindo em todo o território brasileiro nos últimos anos. Nas contribuições reunidas, vemos como no cerne de tais processo encontra-se uma potência criativa e conceitual capaz de elaborar políticas linguísticas emancipatórias que sirvam não só para a preservação de línguas e variedades linguísticas, e sim para a produção de novos arranjos de poder, levando instituições e campos de saberes diversos a reverem radicalmente seus métodos e a buscarem construir coletivamente estratégias de colaboração que sejam sensíveis (e estejam alinhadas) às teorias indígenas e aos mundos que elas descrevem.

Assim, em *Retomar a língua, lutar pela terra: uma reflexão a respeito da língua pataxó em processo de retomada*, Larissa M. Portugal discute a retomada da língua Patxohã pelos Pataxó do Sul da Bahia, tomando-a como um movimento político intrinsecamente ligado à luta pela terra. Entre os Pataxó, a retomada e a defesa do território se imbricam no esforço de reverter o silenciamento histórico ao qual a língua foi submetida, em grande parte pelo projeto colonial que, perseguindo e proibindo as línguas indígenas, também subtraiu as terras de seus falantes. A revitalização do Patxohã ocorre por meio de estratégias variadas, com a escola, professores e pesquisadores indígenas desempenhando papel crucial na contínua autoafirmação étnica do povo. Por sua importância diacrítica, a retomada linguística fortalece dinâmicas de afirmação política pataxó, abrindo-se para uma rica rede de comunicações tanto interétnicas quanto cosmológicas que se revelam, por um lado, nas relações dos Pataxó com o povo (e a língua) Maxakali e, por outro, na reconfiguração de práticas rituais e comunicações com os *encantados*, entidades mais-que-humanas.

Em *Línguas Encantadas, Memórias Vivas: O Povo Kiriri do Acré e a Retomada da Língua Pankawá*, Maria Carolina A. Branco, por sua vez, aborda o processo de retomada linguística do povo Ibiramã Kiriri do Acré, em Minas Gerais, apresentando-o como um movimento intrinsecamente conectado às dimensões espirituais e cosmopolíticas de sua existência. Entre os Kiriri, a retomada da língua Pankawá e o cuidado com o território se

imbricam no esforço de reconstruir uma língua viva e situada, sendo expressão de um percurso histórico de alianças e experiências compartilhadas entre o povo, seus parentes, territórios e os entes mais-que-humanos com quem partilham o mundo – e que também os auxiliam na luta por segurança territorial e afirmação política. A revitalização da língua Pankawá ocorre por meio de saberes ancestrais, documentação histórica, materiais escritos e relações com os *encantados*, sendo a escola, também aqui, um espaço-chave para a elaboração de políticas linguísticas consistentes no contexto mineiro.

Já em *A Antropologia e a Década Internacional das Línguas Indígenas: questões de ontologia e linguagem*, Danilo P. Ramos reflete sobre os possíveis pontos de conexão e interlocução entre a disciplina antropológica e os movimentos de fortalecimento linguístico capitaneados por pensadores indígenas, que se intensificam com o estabelecimento da Década Internacional das Línguas Indígenas (DILI) pela ONU. Como já discutido acima, dentre as elaborações mais significativas da DILI no Brasil, encontra-se a noção de *língua-espírito*, que desafia a Antropologia, a Linguística e outros campos de conhecimento a superarem conceitos já há muito estabelecidos, como a noção de “línguas vivas”, “línguas extintas”, “falantes”, etc, e a reconhecerem a diferença radical das ontologias da linguagem dos povos indígenas. Para isso, argumenta o autor, a etnografia da fala e o multinaturalismo linguístico se mostram como importantes perspectivas e metodologias de análise, desde que rompam com a dicotomia especialista/não especialista e concebam as *línguas-espírito* como seres ativos no processo de fortalecimento linguístico dos povos, integrando-se à luta mais ampla pela vida e pelo território.

Por fim, um terceiro conjunto de artigos traz uma série de contribuições focadas em pensar os desafios envolvidos nas interações entre as tradições e poéticas orais indígenas e afrodispóricas e as práticas textuais, editoriais, tradutórias e literárias ocidentais, no cerne das quais encontramos uma série de conflitos e equivocações entre diferentes pressupostos ontológicos sobre o mundo, a linguagem e o sujeito da enunciação. Em especial a questão da tradução, ganha aqui especial atenção etnográfica e densidade crítica, permitindo-nos perceber que sua teoria e prática podem ser inteiramente *outras* quando o lugar de onde se traduz não é mais a Europa ou o Brasil “letrados”, mas o pátio de uma aldeia ou o terreiro de candomblé e as concepções de corpo, pessoa e linguagem que se encontram enraizadas nesses espaços-mundos.

Assim, em *Nas águas de Òṣun e Yemoja: traduções “ficcionais” do Xangô do Recife*, Tom J. S. Carneiro realiza um instigante estudo sobre o lugar e a natureza da prática tradutória presente na execução, transmissão e transformação de “cantigas” (ou “toadas”; *orikis*) de candomblé no Xangô de Recife. Apresentando transcrições em yorubá

(originalmente feitas por José Jorge de Carvalho) e traduções literais (ou “informacionais”, “documentais”, nos termos de Haroldo de Campos, poeta-tradutor mobilizado pelo autor), Carneiro mostra como os praticantes reinterpretam intuitiva e afetivamente o conteúdo semântico das cantigas de *Q̄sun* e *Yemoja* durante a performance ritual, mudando e recriando constantemente seus sentidos e, com isso, ressignificando continuamente a própria mitologia e cosmologia iorubá.

Já em *Além das palavras: análise, tradução e comentário de um canto Kĩsêdjê*, Osíris Veríssimo busca retraduzir o canto de abertura da Festa do Rato dos Kĩsêdjê, canto que foi registrado por Anthony Seeger nos anos 1970, durante seu trabalho de campo com este povo indígena falante de uma língua Jê. Inspirando-se na etnopoética norte-americana e, mais especificamente, na proposta de “tradução total” de Jerome Rothenberg, o interessante exercício realizado por Veríssimo parte da recuperação crítica de elementos rítmicos, sonoros e coreográficos da performance original que haviam sido abandonados pela transcrição e tradução de Seeger, para chegar a uma proposta de tradução que ultrapassa os limites do conteúdo estritamente semântico do canto.

Em *Poética da densidade para sustentar o céu: tradução, estratégias xamânicas e abertura ontológica*, Janaína Tatim, por sua vez, faz uma interessante análise do processo de fabricação e da composição da voz narrativa e da poética xamânicas no livro *A queda do Céu: palavras de um xamã yanomami*, de Davi Kopenawa e Bruce Albert (2010). Indagando-se a respeito da noção de “tradução densa” elaborada por Albert em seu *Post-scriptum*, Tatim mostra como ela vai muito além do tradicional e estrito domínio da tradução interlingüística, instaurando um vertiginoso exercício dialógico de tradução conceitual e criativa que busca criar em seus leitores uma “abertura ontológica” a outros mundos e modos de pensar.

Já Adalberto Müller, em *Pierre Clastres e os Guarani Mbyá: políticas da tradução*, revisita o clássico *Le Grand Parler: mythes et chants sacrés des indiens guarani* (1974) a fim de mostrar como a maneira como o antropólogo francês edita, apresenta e traduz as distintas modalidades expressivas do pensamento poético-conceitual dos povos guarani reunidas por ele nesse livro (e que foram registradas por diferentes pessoas, em diferentes contextos e épocas) expressam uma “política da tradução que parece se encaixar perfeitamente à teoria política desenvolvida em *A sociedade contra o Estado*”. Sem negar a importância e potência de tal antropologia política, ele propõe, contudo, uma retradução poética de alguns cantos do também clássico *Ayvy Rapyta* (1959) organizado e traduzido por León Cadogan (e parcialmente incluído por Clastres em sua coletânea), mostrando como tal exercício revela outras possibilidades de compreender as relações entre ontologia e poética no pensamento ameríndio e guarani.

Alexandre Nodari, por sua vez, também se propõe a reabrir e transformar nossa recepção e percepção de uma obra clássica; dessa vez, o romance *Macunaíma*, de Mário de Andrade. Em “*O velho Inácio makuxi*” e a “*lenda indianizada de Noé*”: *uma hipótese sobre o rapsodo de Macunaíma*, Nodari vai ao encontro de um interlocutor indígena até então esquecido, ou deliberadamente ignorado, pela farta fortuna crítica consagrada à obra modernista, e que, no entanto, como ele procura mostrar, “desempenha um papel determinante” para a compreensão da prosódia e do modo como são costuradas “a multiplicidade heterogênea de mitos” que são mobilizados na composição formal do livro.

Por fim, em *Um conto canibal*, Gustavo de Godoy e Silva, leva à frente e desdobra boa parte das questões e procedimentos acima elencados. Partindo de uma narrativa mítica sobre a origem da plumária dos Ka’apor (registrada no âmbito de um projeto de documentação das artes narrativas desse povoameríndio realizado em parceria com Sanches de Abreu, acima mencionado), Godoy e Silva busca dar sequência ao fluxo de variações e retraduções sem fim característico da *mitopoiesis* ameríndia, colocando-se ele próprio como narrador-executor-retradutor de uma nova versão do mito, que ao se deslocar para um registro literário se abre à interação com poéticas tais como as de João Guimarães Rosa, Manuel de Barros ou mesmo Mário de Andrade.

Deste modo, o dossiê *Ontologia e Linguagem: documentação, retomadas linguísticas poéticas da tradução* buscou reunir esforços recentes de pesquisadores (as) de diferentes áreas em perspectiva interdisciplinar dos estudos da linguagem de abrirem-se a este campo de problemáticas sobre modos de ser da linguagem e modos de produção da alteridade a entrelaçar reflexão-vivência-pessoa-linguagem. Este campo não se configura a partir de uma proposta teórico-metodológica única ou fechada, mas sim de problematizações que partem de tensionamentos e engajamentos coletivos que reverberam no trabalho de documentação e descrição linguísticas, no planejamento para retomadas e revitalização linguística, nas poéticas da tradução e nos levantamentos sobre diversidade linguística.

Nesse sentido, foram apresentadas as linhas da *Descolonialidade e Línguas Espírito*, formulada de modo coletivo por linguistas indígenas em artigo e documentos políticos do GT da DILI no Brasil, e a do *Multinaturalismo linguístico*, concebida a partir de trabalhos etnográficos alinhados à virada ontológica em Antropologia. Ambas as linhas consolidam problemáticas e modos de reflexão que contribuem para repensar a abordagem etnográfica em estudos e documentações linguísticas e de artes verbais, incluindo espíritos, animais, plantas como membros ativos das comunidades de fala transespecíficas.

Essas linhas contribuem para o fortalecimento de ações de coletivos indígenas engajados em processos de retomada linguística de contraposição às classificações científicas de suas línguas como mortas ou extintas, impondo a necessidade de criação colaborativa de novos métodos e estratégias para entendimento de graus de vitalidade. Essas linhas ajudam também a repensar a questão da tradução de poéticas orais indígenas e afrodiáspóricas que se estabelecem a partir de outras sensibilidades e criatividades estéticas e agenciais.

Trata-se, assim, de um novo horizonte de desafios para entendimentos sobre a comunicação e a linguagem, cujas possibilidades e desdobramentos começamos apenas a entrever.

Referências

Blaser, Mario (2013). Ontological conflicts and stories of peoples in spite of Europe: toward a conversation on political ontology. *Current Anthropology* 54 (5), pp. 547-68.

Blaser, Mario (2014). The political ontology of doing difference and sameness. Theorizing the Contemporary. *Cultural Anthropology website*, January 13.

Bonfim, Evandro de Souza (2017). Kurâ Itanro: Cosmopolítica e Língua entre os Bakairi. *Revista Ñandutu*, 5(6), pp. 30-36.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 7.387, de 9 de dezembro de 2010. Institui o Inventário Nacional da Diversidade Linguística e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2010.

_____. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais. 2002.

Ministério da Cultura. Iphan. Portaria Iphan nº 586, de 11 de dezembro de 2006. Dispõe sobre o reconhecimento de grupo de trabalho criado por instituições governamentais e não governamentais para tratar de políticas públicas voltadas à preservação e proteção do multilingüismo no país. Brasília, DF: Iphan, 2006.

BRASIL. Ministério dos Povos Indígenas (2024a). Cartilha Línguas Indígenas de Sinais (LIS). Brasília, DF: Ministério dos Povos Indígenas.

BRASIL. Ministério dos Povos Indígenas (2024b). Cartilha Braslind: o caminho para as línguas ancestrais. Brasília, DF: Ministério dos Povos Indígenas.

Cadogan, León (2015). *Ayvu Rapyta. Textos míticos de los Mbyá-Guaraní del Guairá*. Edición Bartomeu Melià; Antonio Caballos. Asunción: CEADUC/CEPAG.

Clastres, Pierre (1974). *Le Grand Parler: mythes et chants sacrés des indiens guarani*. Paris: Éditions du Seuil.

Década Internacional das Línguas Indígenas (2022). Na Carta de Belém das Línguas dos povos indígenas do Brasil. In Seminário Viva Língua Viva de 22/11/2022, Belém. Disponível em: <https://www.decadalinguasindigenasbr.com>; Acesso em: 10 de março de 2025.

Década Internacional das Línguas Indígenas (2023a). *Diretrizes para a criação de políticas linguísticas para o fortalecimento das línguas indígenas no Brasil*. Manaus. Disponível em: <https://www.decadalinguasindigenasbr.com>; Acesso em: 10 de março de 2025.

Década Internacional das Línguas Indígenas (2023b). *Propostas do GT Nacional da Décadas das Línguas Indígenas para subsidiar o Departamento de Línguas e Memória Indígena*. Disponível em: <https://www.decadalinguasindigenasbr.com>; Acesso em: 10 de março de 2025.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (2016). *Guia de pesquisa e documentação para o INDL: patrimônio cultural e diversidade linguística*. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília-DF.

De la Cadena, Marisol (2010). Indigenous cosmopolitics: conceptual reflections beyond politics as usual. *Cultural Anthropology* 25 (2), p 334 - 70.

Descola, Philippe (2005). *Par-delà nature et culture*. Paris: Éditions Gallimard.

Durazzo, Leandro; Bonfim, Evandro de Souza (2023). A área etnolinguística das línguas encantadas. In C. Severo & M. Buzato (ed.), *Cosmopolítica e linguagem* (pp.129-141). Araraquara: Letraria.

Durazzo, Leandro. (2019). *Cosmopolíticas Tuxá: conhecimentos, ritual e educação a partir da autodemarcação de Dzorobabé*. Tese de doutorado. PPGAS/ Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil.

____ (2022). O estatuto encantado das línguas indígenas: comunicação mais-que-humana e revitalização linguística. In C. Severo (ed.). *Políticas e direitos linguísticos: revisões teóricas, tema atuais e propostas didáticas* (pp. 149-168). SP: Pontes Editores.

Evens, Terence (2008). *Anthropology as Ethics: Nondualism and the Conduct of Sacrifice*. Oxford & New York : Berghahn Books.

Galucio, Moore & Van der Voort, (2018). MOORE, D. O patrimônio linguístico do Brasil: novas perspectivas e abordagens no planejamento e gestão de uma política da diversidade linguística. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 38, pp. 194-219.

Jan David; Heurich, Guilherme (2018). Language in the Amerindian imagination: An inquiry into linguistic natures. *Language & Communication*, 63, pp. 1-08.

Hauck, Jan (2023). Language otherwise: linguistic natures and the ontological challenge. *Journal of Linguistic Anthropology*, 33 (1). pp. 4-24.

_____(2023). A linguagem de outro jeito: as naturezas linguísticas e o desafio ontológico. In C. Severo; M. Buzato (eds). *Cosmopolítica e linguagem* (pp. 41-75). Araraquara: Letraria.

Holbraad, Martin & Pedersen, Morten Axel (2017). *The ontological turn: An anthropological exposition*. Cambridge, Cambridge University Press.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Demográfico 2022: Etnias e Línguas Indígenas – Principais Características Sociodemográficas. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

Ingold, Tim. 2018. When ANT meets SPIDER: Social theory for arthropods. In C. Knappet and L. Malafouris (eds.), *Material Agency: Towards a Non-Anthropocentric Approach* pp. 209-215. New York: Springer.

_____(2014). That's enough about ethnography!. *Hau: Journal of Ethnographic Theory*, 4(1), pp. 383– 95.

Kohn, Eduardo (2008). "How dogs dream: Amazonian natures and the politics of trans-species engagement". *American Ethnologist* 34 (1): pp. 3-24.

Kopenawa, Davi; Albert, Bruce (2015. A queda do céu: palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras.

Maniglier, Patrice (2023). *A vida enigmática dos signos*. Florianópolis: Cultura e Barbárie.

Oliveira, Luiz Eduardo (ed.) (2010). *A legislação pombalina sobre o ensino de línguas: suas implicações na educação brasileira (1757-1827)*. Maceió: Edufal.

Ramos, Danilo Paiva (2023). A escuta dos sopros: xamanismo e proposições ontológicas sobre a linguagem no Alto Rio Negro. In A. Barcelos Neto; L. Pérez-Gil & D. P. Ramos (ed.), *Xamanismos ameríndios: expressões sensíveis e ações cosmopolíticas* (pp. 157-188). São Paulo: Hedra.

_____(2024). La escucha de los soplos: Chamanismo y proposiciones ontológicas sobre el linguaje em el Alto Río Negro, Amazonas. *Tipití*, v. 20, n. 2.

Rubim, Altaci; Bonfim, Anari; Meirelles, Sâmela (2022). Década internacional das línguas indígenas no Brasil: o levante e o protagonismo indígena na construção de políticas linguísticas. *Work. Pap. Linguist.* 23 (2) Florianópolis, pp.154-177.

Scott, Michael (2007). *The Severed Snake: Matrilineages, Making Place, and a Melanesian Christianity in Southeast Solomon Islands*. Durham, NC: Carolina Academic Press.

Severo, Cristine; BUZATO, Marcelo (ed) (2023). *Cosmopolítica e linguagem*. Araraquara: Letraria, 2023.

Silva Meirelles, Sâmela R.; Durazzo, Leandro (2025). *Spirit languages, sacred sciences: Indigenous language commitment as a cosmopolitan interculturality*. In TAVARES, Vander (d.). Researching Interculturality in Post-colonial Contexts: Indigenous perspectives and beyond. New York/London: Routledge, pp. 121-134.

Strathern, Marilyn (1987). "An awkward relationship: the case offeminism in anthropology". *Signs* 12 (2), pp. 276-92.

Stengers, Isabelle (2011). *Cosmopolitics II*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

_____. (2015). No tempo das catástrofes. São Paulo: Cosac Naify.

Viveiros de Castro, Eduardo (2015). Who is afraid of the ontological wolf? Some comments on an ongoing anthropological debate. *The Cambridge Journal of Anthropology* 33 (1), pp. 2-17.

Wagner, Roy (2010). *Coyote Anthropology*. Lincoln and London: University of Nebraska Press.

Walsh, Catherine (2009). *Interculturalidad, Estado, Sociedad: Luchas (de)coloniales de nuestra época*. Universidad Andina Simón Bolívar, Ediciones Abya-Yala: Quito, 2009. pp.14-15.